

# **Capítulo 7 – A agropecuária brasileira no período de 1965 a 1986: aceleração do processo de modernização**

# Características gerais

- Os anos de 1965 a 1986 constituíram um período de aceleração do processo de modernização da agropecuária brasileira.
- Aconteceram alterações no desempenho de algumas funções normalmente atribuídas à agropecuária no processo de desenvolvimento de uma nação.
- No contexto internacional, a economia brasileira era pouca aberta a transações externas e internamente vigoraram governos militares altamente interventores na economia.

# Políticas econômicas

- A agropecuária foi estimulada por:
  - Alterações na política cambial;
  - Política de ampliação da malha rodoviária;
  - Política de crédito rural;
  - Política de preços mínimos;
  - Política de pesquisa e extensão rural;
  - Políticas de estímulo às exportações.

Essas políticas implicaram grandes estímulos para a agropecuária e grande participação do Estado em proporcionar esses estímulos (dando subsídios à agropecuária).

# Nova política cambial

- Em agosto de 1968, foi instituído o regime de minidesvalorizações cambiais, o qual se manteve até fevereiro de 1990.
- Esse sistema implicava desvalorizações da taxa de câmbio em magnitudes pequenas e a curtos intervalos de tempo, mas sem periodicidade definida.

# O Princípio da Paridade do Poder de Compra da Moeda

- Em princípio, as desvalorizações cambiais deveriam acompanhar o Princípio da Paridade do Poder de Compra da Moeda.
- A fórmula da desvalorização cambial é:

$$\dot{\lambda} = \frac{1 + \pi}{1 + \pi^E} - 1$$

**Por exemplo, se a taxa de inflação interna for de 25% e a externa de 8%, a taxa de câmbio deve se desvalorizar em 15,74%.**

# Efeitos da PPCM

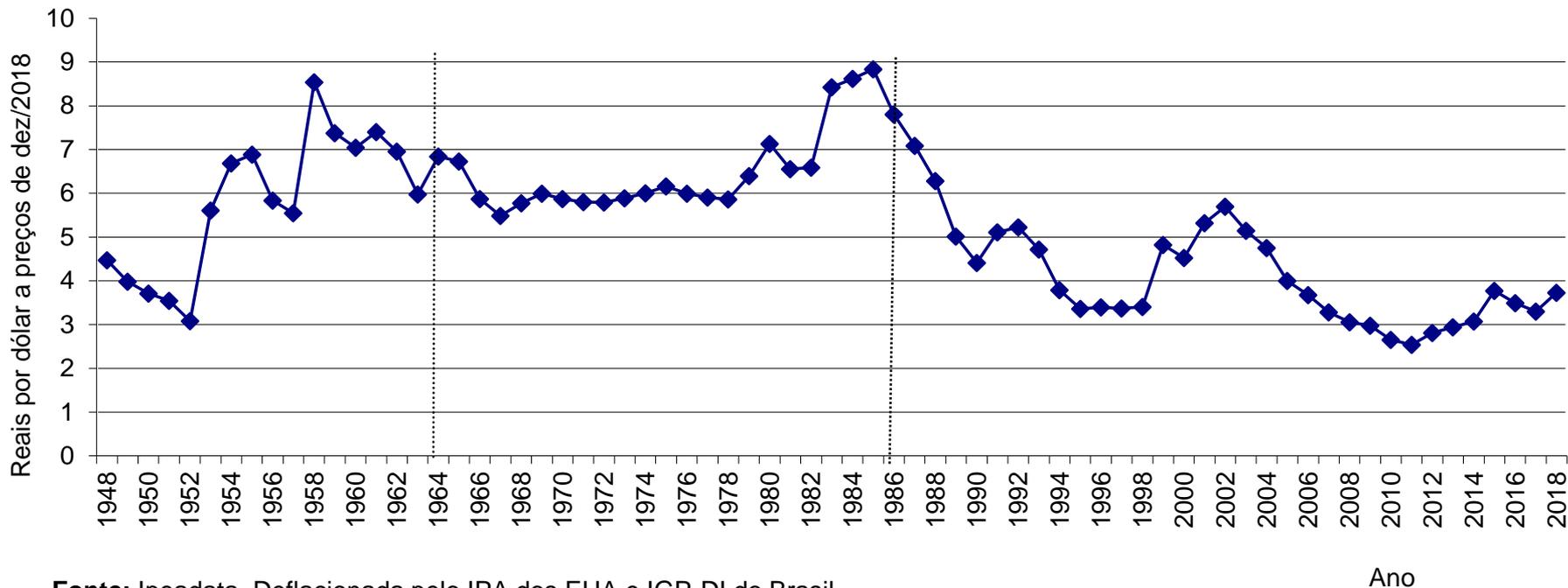
- Suponha que a situação inicial é da taxa de câmbio de Cr\$ 2,00 por cada dólar (Cr\$ é o símbolo do Cruzeiro, moeda vigente no Brasil no final da década de 1960, quando se introduziram as minidesvalorizações cambiais) e o preço de um mesmo produto são  $P^{US\$} = 1,00$  nos EUA e  $P^{Cr\$} = 2,00$  no Brasil. Portanto,  $P^{Cr\$} = \lambda \cdot P^{US\$}$ . Ou seja, os consumidores brasileiros e norte-americanos pagam o mesmo preço, em suas moedas locais, para produto similar.
- Sabe-se que se a inflação no exterior for de 8%, o novo  $P^{US\$}$  é 1,08 e se a inflação no Brasil for de 25%, o novo  $P^{Cr\$}$  é de 2,50. Responda:
  - 1) Qual é a nova taxa de câmbio usando o PPCM?
  - 2) Ainda é válida que  $P^{Cr\$}$  de 2,50 é essa taxa de câmbio vezes  $P^{US\$}$  de 1,08?
  - 3) Se a taxa de câmbio fosse desvalorizada em 20%, a que preço sairia o produto norte-americano no mercado doméstico? Compare esse preço com o  $P^{Cr\$}$  de 2,50.

# O índice BIG MAC e o PPPCM

- Em várias partes do mundo considera-se um mesmo produto feito com os mesmos ingredientes e se comparam os seus preços doméstico (na moeda local) e nos EUA (em dólar) para ter a taxa de câmbio do PPPCM. É o índice BigMac.
- Por exemplo, sendo o preço do BigMac nos EUA de US\$ 5,51 e no Brasil de R\$ 16,90 (valores vigentes em junho de 2018), a taxa de câmbio do PPPCM é de R\$ 3,07 por cada dólar. Mas no Brasil em junho de 2018 a taxa de câmbio foi de R\$ 3,77 por cada dólar.
- Esse cálculo, porém, não é o mais correto. Pode-se, no entanto, calcular a taxa de câmbio efetiva real (ver nota de rodapé número 50 da página 208) e a comparar com um valor que equilibraria o balanço de pagamentos.

# Ver p. 208 – atenção, este gráfico está atualizado.

Gráfico 6.1 Taxa de câmbio real bilateral - 1948 a 2018 - a preços de dezembro de 2018



Fonte: Ipeadata. Deflacionada pelo IPA dos EUA e IGP-DI do Brasil.

Ano

Houve relativa estabilidade da taxa de câmbio real bilateral de 1968 a 1978, seguido de desvalorização cambial real de 1979 a 1985.

# Rompimentos com o PPCM

- Principais mudanças a partir de 1979, seguidas de manutenção das minidesvalorizações cambiais:
  - Maxidesvalorização cambial de 30% em dezembro de 1979;
  - Pré-fixação da correção cambial em 40% em 1980 (apesar da ocorrência de inflação de 110% nesse ano);
  - Maxidesvalorização cambial de 30% em fevereiro de 1983;
  - Congelamento da taxa de câmbio entre março e novembro de 1986.
  - Ler os três últimos parágrafos da p. 222.

# Comportamento da taxa de câmbio real

- Houve relativa estabilidade da taxa de câmbio bilateral real entre 1968 e 1978 (ao redor de R\$ 5,68 por dólar, a preços de dezembro de 2017).
- Apesar das alterações sofridas no período de 1979 a 1986, a taxa de câmbio real tendeu a desvalorizar-se. Em 1979, a taxa de câmbio real bilateral era de R\$ 6,14 por cada dólar, passando a R\$ 8,49 em 1985 e reduzindo para R\$ 7,50 em 1986 (todas a preços de dez/2017).
- A nova política cambial foi mais favorável às exportações do que as vigentes no período de 1946 a 1964.

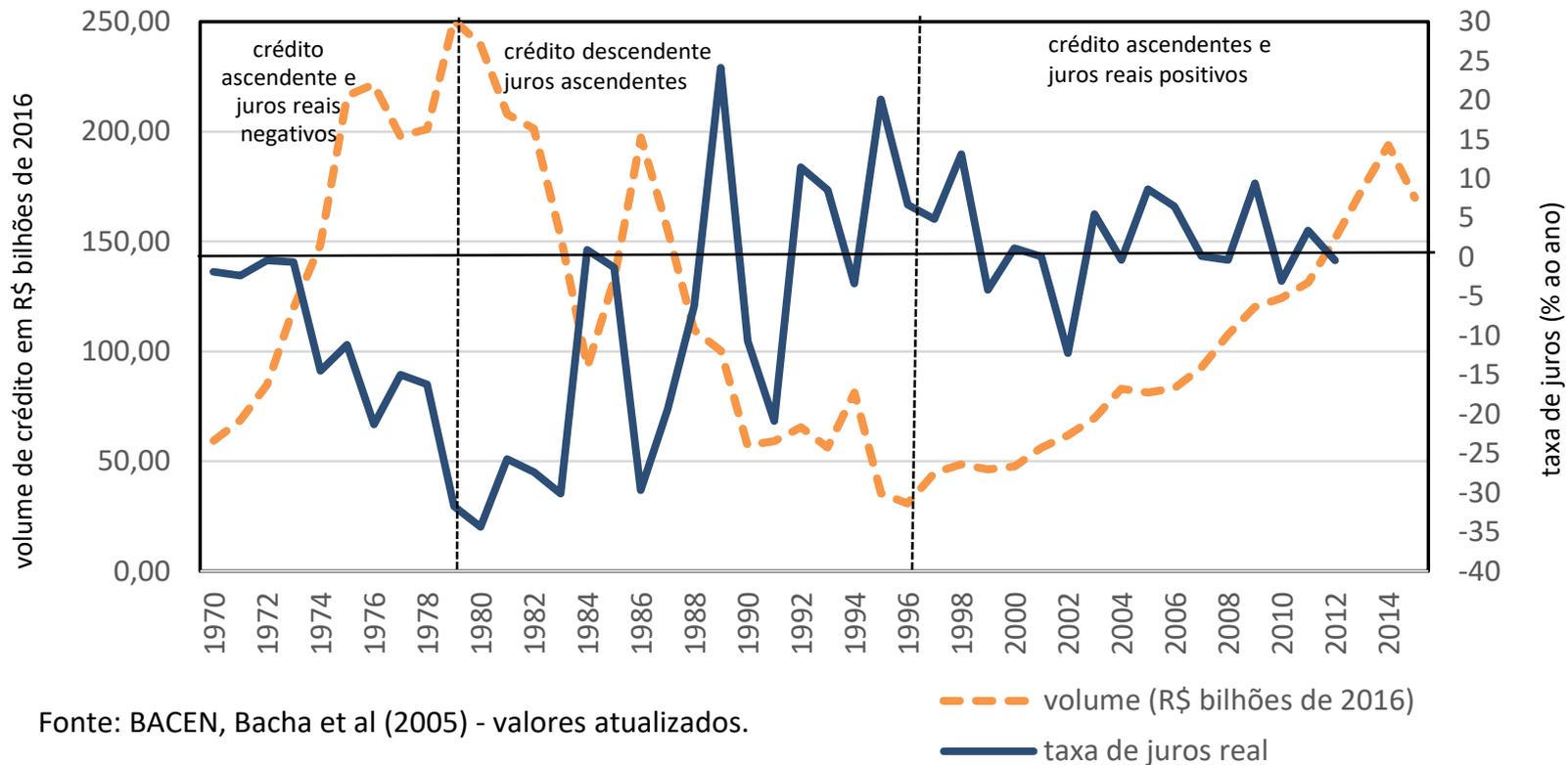
# Política de expansão da malha rodoviária

- A construção e a pavimentação de estradas permitiram a ampliação da fronteira agrícola.
- Em 1964 havia 548.510 km de estradas e em 1986 havia 1.397.711 km de estradas de rodagem. Aumento de 155%.
- As estradas pavimentadas eram 18.730 km em 1964 e passaram a 123.357 km em 1986. Aumento de 559%.
- Ler o primeiro parágrafo da p. 223.
- De que maneira a expansão da malha rodoviária incentiva a expansão da agropecuária?

# A política de crédito rural

- Em 1965 foi instituído o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).
- O volume de crédito rural cresceu de 1970 a 1979, diminuiu de 1980 a 1984 e voltou a crescer em 1985 e 1986.
- De 1970 a 1986 vigoraram taxas de juros reais negativas no crédito rural (ver Tabela 3.2 na página 86).

Gráfico 1 - Evolução do valor e da taxa de juros real do crédito rural - 1970 a 2016



A preços de 2016, o volume de crédito rural concedido foi de R\$ 59 bilhões em 1970; R\$ 251 bilhões em 1979; R\$ 31 bilhões em 1996; e R\$ 162 bilhões em 2016. A taxa de juros reais do crédito rural foram -1,85% a.a. em 1970; -31,72% a.a. em 1979; 6,70% a.a. em 1996 (ver Tabela 3.2 na página 86).

# Política Garantia de Preços Mínimos

- Apesar de instituída em 1943, a política de garantia de preços mínimos teve maior operância a partir de 1966.
- Em especial, a política de preços mínimos foi mais operante no quinquênio 1980-84 do que nos quinquênios anterior e posterior (ver Tabela 7.1 na página 224).
- Em parte, a PGPM compensou a redução de crédito rural no período 1980-84.

# Política de pesquisa e extensão rural

- A Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e a Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) foram criadas no começo da década de 1970.
- As pesquisas da Embrapa foram importantes na adaptação de certas culturas às novas fronteiras agrícolas, caso do Centro-Oeste e Norte do Brasil.
- Este foi o caso da soja, por exemplo.

# Políticas de incentivo às exportações (ver final da p. 224 e p. 225)

- No final da década de 1960 e no começo da década de 1970 foram criados vários incentivos creditícios e benefícios fiscais às exportações.
- *Incentivos creditícios*: crédito a taxa de juros favorecidas para as exportações.
- *Benefícios fiscais*: isenção do imposto de renda no lucro obtido com as exportações; isenção dos impostos de importação no sistema drawback; isenção e crédito-prêmio do IPI e ICM nas exportações de produtos industrializados.

# IPI e ICM nas exportações

- Os produtos industrializados foram, inicialmente, isentos do pagamento de ICM e IPI nas suas vendas externas. Isso barateia o preço em dólar do produto exportado. Isto é uma isenção fiscal.
- No período de 1969 a 1979 vigoraram os crédito-prêmios do IPI e ICM nas exportações.
- Além de não pagar IPI e ICM nas exportações (que é isenção fiscal), as empresas abatiam das vendas internas os valores de IPI e ICM que deixaram de ser pagos (o que é um incentivo fiscal = crédito-prêmio).
- Lembre-se que isenção fiscal afeta preço e incentivo fiscal é uma doação de capital. Por isso, não pagar ICM e IPI nas exportações era isenção fiscal. Mas receber o que não se pagou (crédito-prêmio do ICM e IPI) é incentivo fiscal (ver página 47 do livro-texto).

# Crédito-Prêmios

- Os créditos-prêmios do IPI e ICM implicavam duplo subsídio.
- O crédito-prêmio do IPI vigorou de 1969 a 1979 e o do ICM, de 1970 a 1978.
- As isenções e crédito-prêmios de IPI e ICM só valiam para produtos industrializados (como café solúvel, por exemplo), mas não se aplicavam a produtos *in natura* (como café verde, por exemplo).
- Leia os dois primeiros parágrafos da página 226.

## 7.1 – Evolução da Agropecuária no Período de 1965 a 1986

- Entre 1960 e 1985 foram criados quase 2,5 milhões de estabelecimentos agropecuários (ver Tabela 5.2 na página 198).
- A área total dos estabelecimentos agropecuários aumentou em 125 milhões de hectares.
- As novas fronteiras agropecuárias passaram a ser o Centro-Oeste e a região Norte. Essas regiões responderam, cada uma delas, por 31% do acréscimo de área total dos estabelecimentos agropecuários do Brasil entre 1960 e 1985.

# Evolução das atividades

- Tanto as lavouras como a pecuária aumentaram.
- Entre 1960 e 1985 houve os seguintes aumentos:
  - 102% da área com lavouras temporárias;
  - 27% da área com lavouras permanentes;
  - 129% no estoque de bovinos;
  - 19% no estoque de suínos;
  - 228% no estoque de aves.

# A febre suína africana

- Digno de nota foi o surto de febre suína africana (FSA) em 1978.
- Ela é uma doença viral altamente contagiosa.
- Sua aniquilação é feita pelo abate e incineração do rebanho contaminado.
- Só em 1984, a FSA foi oficialmente considerada erradicada no Brasil.

# Crescimento desigual da agropecuária

- O crescimento da agropecuária não foi homogêneo entre suas atividades no período em análise.
- As culturas que destinam parte expressiva da produção ao mercado externo ou substituem importações tiveram maior crescimento de área do que as lavouras de mercado interno.

## Taxas de crescimento de área colhida entre 1965 e 1986 (ver tabela 6.1 na página 213)

### Culturas de exportação:

- Soja = 17,83% a.a.; laranja = 8,3% a.a.; trigo = 6,24% a.a.; cana-de-açúcar = 4,45% a.a.

### Culturas de mercado interno:

- Arroz = 1,41% a.a.; feijão = 2,42% a.a.; mandioca = 0,83% a.a.; milho = 1,63% a.a.

# Desigualdade regional (tabela 6.2 na página 215)

- As regiões Sudeste e Sul continuaram a concentrar as atividades agropecuárias.
- No entanto, essas atividades cresceram mais no Centro-Oeste e no Norte do Brasil.
- O Centro-Oeste, por exemplo, detinha 5,6% das lavouras temporárias em 1960 e 16,1% em 1985.
- O Norte, por exemplo, detinha 1,3% das lavouras permanentes em 1960 e 6,9% dessas lavouras em 1985.
- Preste atenção: nas décadas de 1950 e 1960, a fronteira agrícola brasileira era o Norte do Paraná; e nas décadas de 1970 e 1980 a fronteira agrícola passou a ser o Centro-Oeste e parte da Região Norte.

# Modernização da agropecuária

- Modernização da agropecuária é entendida como tecnificação da produção agropecuária.
- Houve grande crescimento da mecanização e do uso de fertilizantes na agropecuária brasileira entre 1960 e 1985 (p. 198).
- Entre esses anos, o número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários aumentou em 984%.
- A área total por cada trator caiu de 4.070 hectares em 1960 para 560 ha em 1985.
- O consumo de fertilizantes por hectare de lavouras aumentou em 478% entre 1960 e 1985, passando de 10,6 kg de nutrientes/ha em 1960 para 61,3 kg/ha em 1985.

# Produtividade das lavouras

- A modernização atingiu as lavouras de modo distinto (ver tabela 6.1 na página 213).
- As culturas de mercado externo tiveram, de modo geral, maior crescimento de produtividade do que as culturas de mercado interno entre 1965 e 1986.
- Crescimento das produtividades:
- Culturas de mercado externo: algodão (1,24% a.a.), cacau (3,53% a.a.), café (1,52% a.a.), cana-de-açúcar (1,75% a.a.), laranja (1,74% a.a.), soja (2,46% a.a.) e trigo (1,81% a.a.)
- Culturas de mercado interno: arroz (0,46% a.a.), feijão (-2,58% a.a.), mandioca (-1,63% a.a.), batata-inglesa (3,48% a.a.) e milho (1,64% a.a.)

# Aspectos distributivos do crédito rural

- O crédito rural foi um dos fatores que motivou a modernização da agropecuária.
- O crédito rural, no entanto, apresentou elevada concentração em termos de culturas e regiões contempladas.
- Entre 1970 e 1985, sete culturas (arroz, milho, algodão, café, cana-de-açúcar, soja e trigo) absorveram, no mínimo, 65% do crédito de custeio concedido.
- As cinco principais culturas voltadas ao mercado externo (algodão, café, cana-de-açúcar, soja e trigo) absorveram 45% do crédito rural concedido.
- Ver tabela 7.3 na página 231.

# Aspectos distributivos do crédito rural (p. 230)

- Ao longo do tempo, houve mudanças nas importâncias das culturas no total de crédito de custeio.
- A cultura do cafeeiro perdeu importância, enquanto a cultura da soja aumentou sua importância.
- Cana-de-açúcar teve grande importância de 1975 a 1990, devido ao Pró-álcool.
- Trigo teve maior importância na década de 1970, perdendo importância na primeira metade da década de 1980.

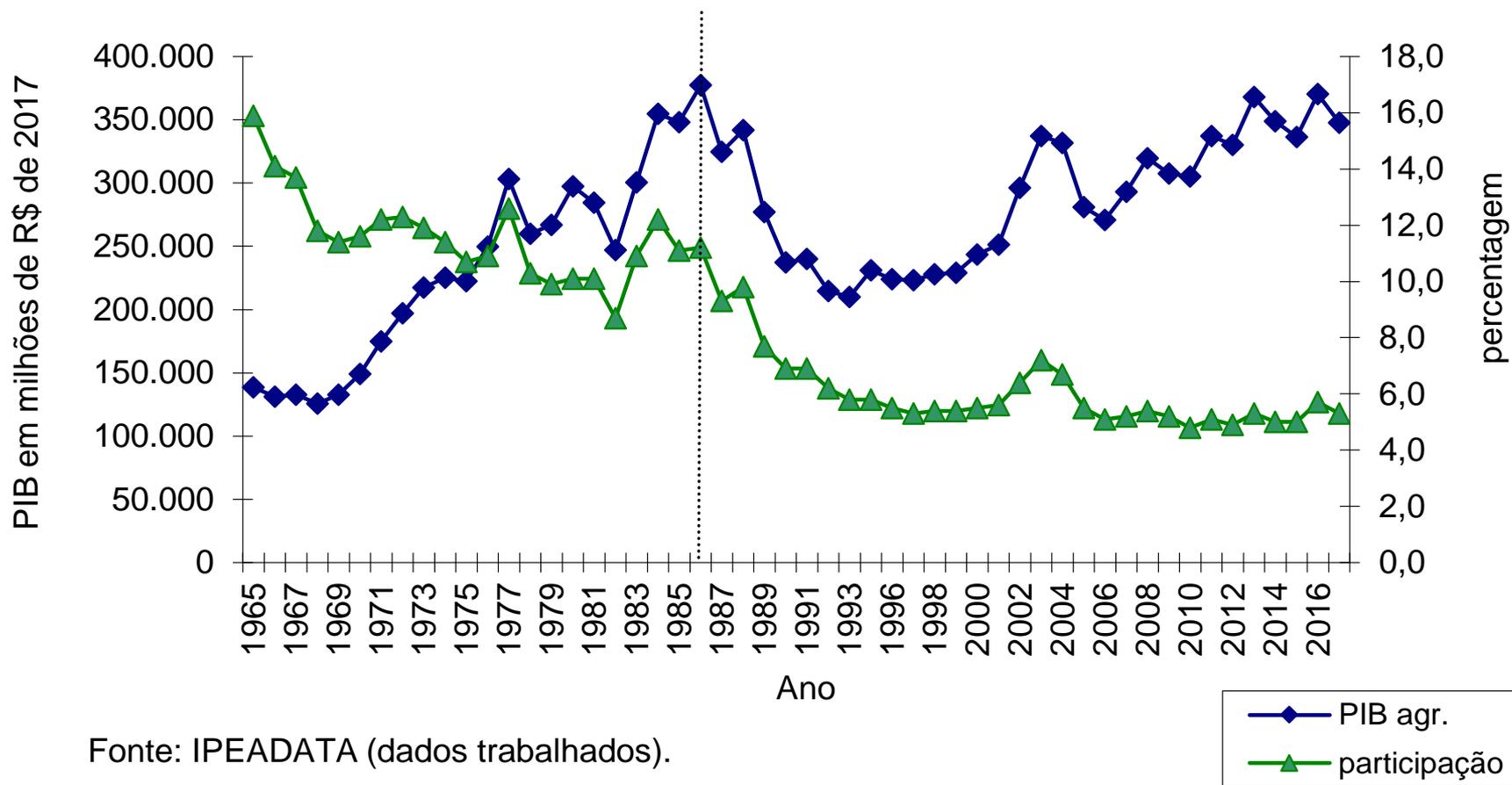
# Aspectos distributivos do crédito rural

- Entre as culturas de mercado interno, apenas arroz e milho tiveram maior importância no uso de crédito de custeio.
- Feijão e mandioca tiveram pequeno uso de crédito de custeio.
- As regiões Sul e Sudeste concentraram cerca de 70% do crédito rural entre 1970 e 1985.
- A região Sudeste perdeu importância ao longo do tempo, enquanto as regiões Sul e Centro-Oeste ganharam importância.

## 7.3 – Evolução do PIB da agropecuária

- Entre 1965 e 1986 houve tendência de aumento do PIB da agropecuária. O PIB da agropecuária era, em 1986, 172% maior do que o existente em 1965.
- No entanto, a participação desse setor no PIB total diminuiu de 15,9% em 1965 para 11,2% em 1986.

Gráfico 7.1 - Evolução do PIB da agropecuária e sua importância no PIB - 1965 a 2017



Ver p. 233.

## 7.4 – A importância da agropecuária e da agroindústria nas transações comerciais

- Três aspectos devem ser ressaltados a respeito da participação da agropecuária e da agroindústria nas exportações brasileiras no período de 1965 a 1986:
  - 1) A participação dos produtos de base agropecuária no total exportado diminuiu;
  - 2) Houve grande diversificação da pauta de produtos exportados;
  - 3) Os produtos de base agropecuária sempre geraram balança comercial positiva.

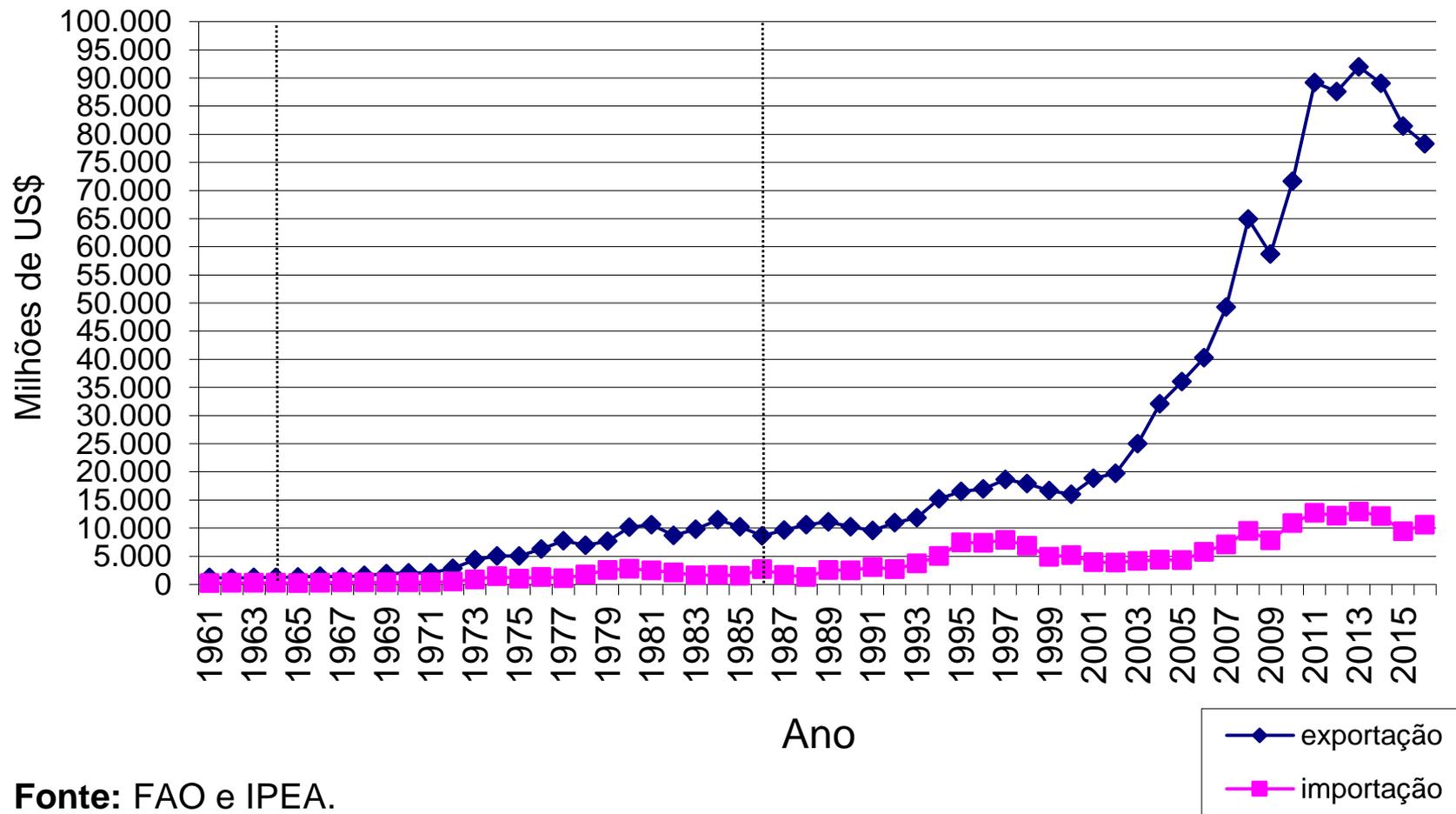
# Evolução das exportações brasileiras de mercadorias

- As exportações brasileiras totais de mercadorias passaram de US\$ 1,6 bilhão em 1965 para US\$ 22,3 bilhões em 1986, crescimento de 1.293,8%.
- O valor exportado de produtos de base agropecuária (produtos agropecuários e agroindustriais), no entanto, aumentou de US\$ 1,3 bilhão em 1965 para US\$ 8,6 bilhões em 1986, crescimento de 561,5%.
- Conseqüentemente, a participação dos produtos de base agropecuária (*in natura* e industrializados) - ou seja, produtos advindos da agropecuária e das agroindústrias - no total exportado passou de 81,9% em 1965 para 38,4% em 1986.

# Mudanças na pauta de exportação e na balança comercial

- Houve mudança na pauta de exportação brasileira, com crescimento da importância dos produtos industrializados.
- Entre os produtos de base agropecuária, os produtos *in natura* perderam importância e cresceu a importância de produtos industrializados.
- As exportações de café passaram de 44,3% do total exportado pelo Brasil em 1965 para 9,2% em 1985.
- Cresceram as exportações de soja (em grãos e em farelo), celulose, papel, suco de laranja, por exemplo (ver a tabela 7.5 na p. 236).

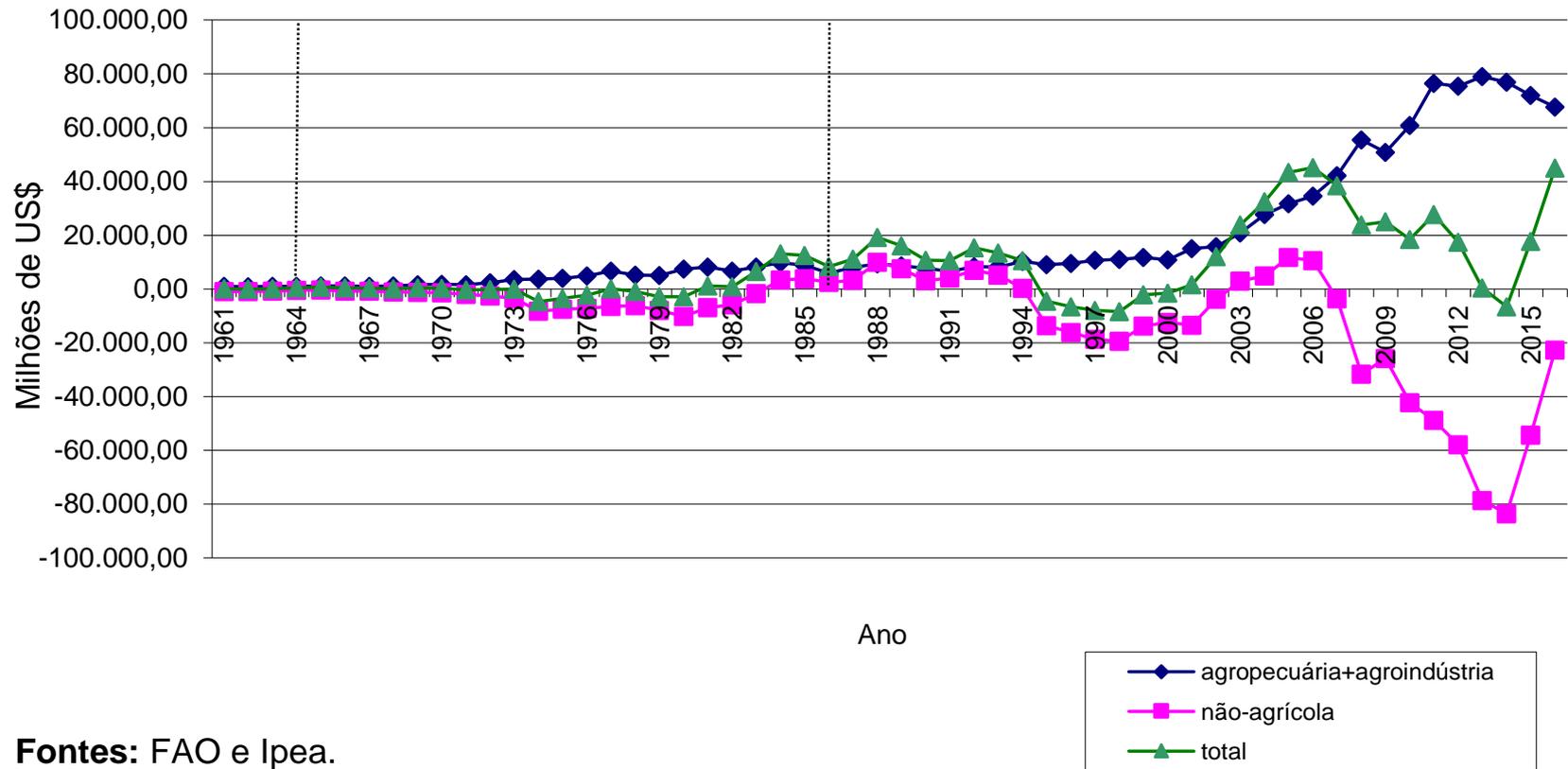
Gráfico 7.2 *Evolução das exportações e importações de produtos da agropecuária e da agroindústria- 1961 a 2016*



Fonte: FAO e IPEA.

As exportações dos produtos agropecuários e agroindustriais (dos segmentos II e III do agronegócio brasileiro) sempre ultrapassam as importações.

Gráfico 7.3 *Evolução da balança comercial brasileira - 1961 a 2016*



Balança comercial = exportações – importações

A balança comercial dos segmentos II e III do agronegócio brasileiro é sempre superavitária.

## 7.5 – Funções da agropecuária no desenvolvimento econômico

- Devido ao estilo de desenvolvimento seguido pelo Brasil a partir de 1965, algumas funções normalmente atribuídas à agropecuária no processo de desenvolvimento econômico deixaram de ser relevantes.
- Este foi o caso de fornecimento de alimentos *in natura*, transferência de capitais e fornecimento de mão-de-obra.

# Fornecimento de alimentos

- Houve redução na produção *per capita* de alimentos calóricos e básicos (arroz, batata-inglesa, feijão, mandioca e trigo), ver p. 203.
- O agregado desses alimentos passou de 454,7 kg/habitante em 1965 para 332,1 kg/habitante em 1986.
- Houve mudança do padrão alimentar, em favor de produtos industrializados, como os lácteos.
- Aconteceu aumento da produção *per capita* de leite: de 81,4 litros/habitante em 1965 para 90,7 litros/habitante em 1986 (figura 5.2 da p. 204).

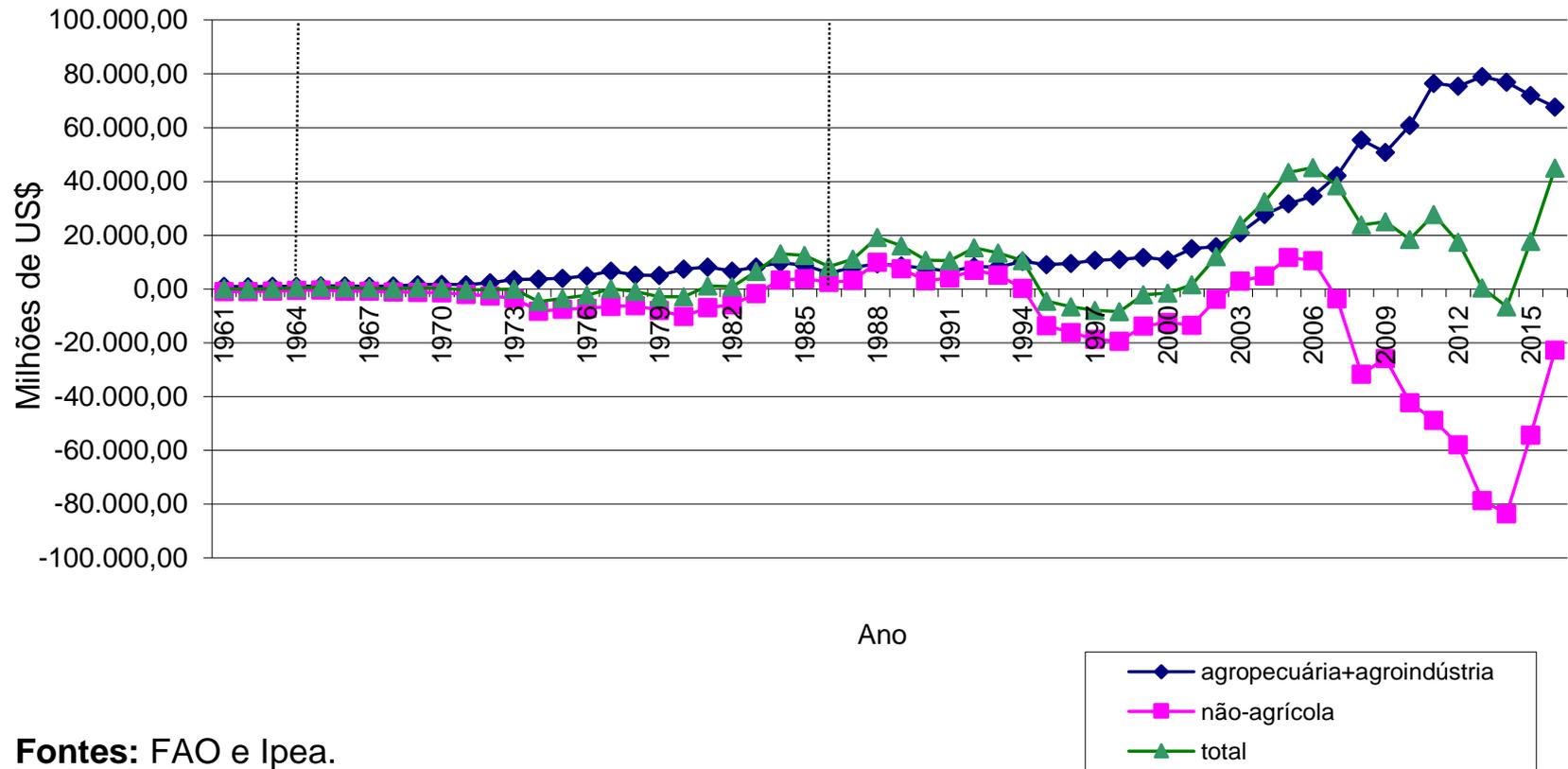
# Fornecimento de mão-de-obra

- Em parte do período analisado (em especial na primeira metade da década de 1980), a migração rural-urbana não era mais tão necessária ao processo de industrialização como o fora antes.
- Houve 1,15 milhão de migrantes rural-urbano anualmente entre 1960 e 1970, passando a 1,44 milhão por ano entre 1970 e 1980 e 1,21 milhão por ano entre 1980 e 1990 (tabela 6.3 na página 217).
- A maior parte dos migrantes deve ter se empregado no setor terciário na década de 1980.

# Geração de divisas

- As exportações de produtos *in natura* e processados da agropecuária perderam importância no total exportado (tabela 7.5 na página 236). Passaram de 81,9% em 1965 para 39,9% do total exportado pelo Brasil em 1985.
- No entanto, esses produtos geraram saldo líquido positivo de divisas, o que não necessariamente ocorreu com produtos não-agrícolas.

Gráfico 7.3 *Evolução da balança comercial brasileira - 1961 a 2016*



Balança comercial = exportações – importações

A balança comercial dos segmentos II e III do agronegócio brasileiro é sempre superavitária (ver p. 236).

# Formação de mercado consumidor

- O processo de modernização da agropecuária, patrocinado em parte pelo crédito rural, criou mercado consumidor para equipamentos (tratores, arados, colhedoras) e insumos (fertilizantes, defensivos, medicamentos).
- Houve aumento da produção nacional desses produtos.

# Transferência de capital

- Devido à vigência de taxas de juros reais negativas no crédito rural, a agropecuária recebeu capital de outros setores da sociedade.
- Houve inversão no processo histórico da agropecuária ceder capital a outros setores.
- O montante recebido de capital atingiu sua importância máxima nos anos de 1979 e 1980, nos quais a agropecuária recebeu transferência de capital equivalente a cerca de 24% do PIB da agropecuária (ver tabela 7.6 na página 239).

# AGRONEGÓCIO

- As agroindústrias expandiram-se no período em consideração, com a agropecuária fornecendo matéria-prima para elas.
- Mas as indústrias não-agrícolas cresceram proporcionalmente mais.
- Conseqüentemente, a participação do agronegócio no PIB diminuiu, passando de 53% em 1959 para 38% em 1985.